

Gato por lebre

O governo Fernando Henrique pode estar cometendo um erro fatal quando prega a aprovação das reformas da Previdência e administrativa como condição para ajustar as contas do País e também para reduzir as taxas de juros que foram duplicadas em função da crise mundial nas bolsas. Se forem aprovados os dois substitutivos na forma como estão tramitando hoje na Câmara e no Senado, o Brasil estará dando um sinal positivo para os investidores estrangeiros, mas o impacto real nas contas públicas será negativo. Os governos federal e estaduais não vão reduzir suas despesas, mas aumentar as despesas. Será um gol contra.

Basta recordar: na votação da reforma administrativa na Câmara, caiu a emenda que previa o subteto salarial para os governos estaduais. Com isso, os maiores salários nos Estados serão, naturalmente, puxados para R\$ 10,8 mil — o novo teto para o governo federal. Lembre-se que nos Estados, os salários dos deputados, secretários e juizes, servem de base para todo o funcionalismo. Tanto que na época da votação em primeiro turno da reforma administrativa na Câmara, muitos governadores chamaram a atenção para este inesperado aumento que terão de arcar nas folhas — sobretudo nos estados mais pobres.

Na reforma da Previdência não aconteceu diferente. O elogiado substitutivo preparado pelo senador Beni Veras recebeu uma emenda que garante aos funcionários inativos o mesmo vencimento pago aos funcionários da ativa. Esta paridade vai aumentar assustadoramente os gastos da Previdência Social. Atualmente, o texto da lei deixa dúvidas e a questão é decidida na Justiça. Ora pendendo para um lado, ora pendendo para outro. Com o texto aprovado no Senado, não há mais a dúvida: o benefício do funcionário inativo deve ser igual ao pago aos funcionários da ativa. Ou seja, o pouco que o governo iria economizar com a mudança do tempo de contribuição do servidor público — de 55 para 60 anos — iria embora com estes novos gastos.

O cenário, portanto, não é nada favorável. Mas governos sempre

gostam de mostrar maravilhas e de transformar pequenos ganhos em espetaculares vitórias. O presidente Fernando Henrique conhece melhor do que ninguém estes cálculos sobre os gastos da Previdência, mas preferiu não fazer alarde. A estratégia do governo, agora, é a de tentar, pelo menos, alterar estes dois artigos — considerados absurdos — dos textos que estão no Congresso: reintroduzir no Senado a emenda do subteto para os Estados; e, no caso da Previdência, retirar na Câmara o artigo que garante a paridade do benefício ao aposentado com o salário do funcionário. Se conseguir isso, o governo já teria motivos para comemorações.

Há, porém, os que defendem estratégia diferente. A de se aproveitar que na Câmara a reforma da Previdência está tramitando desde a estaca zero e nela introduzir as

mudanças muito profundas que estão sendo estudadas pelo novo assessor da Presidência da República, André Lara Resende. A proposta, ainda em fase de acabamento, é absolutamente nova, mudando todo o sistema previdenciário brasileiro. “O importante é mostrar que a reforma está no caminho correto e que ela será suficiente, ainda que ela demore um pouco mais de tempo para produzir resultados”, disse um político aliado do Palácio do Planalto.

O que não pode acontecer é o Congresso não dar qualquer resposta às reformas. Sabe o presidente Fernando Henrique que as altas taxas de juros não poderão persistir por muito tempo. A medida acalmou o mercado, mas deixou o País todo em polvorosa. Por isso, as reformas são mais importantes do que nunca. Só depois de aprovadas, ainda que não as definitivas, é que se poderá pensar em reduzir os juros.

Além de ser um desastre para a economia do País, altas taxas de juros podem, também, comprometer o projeto da reeleição. Um marqueteiro de Bill Clinton, quando perguntado quem elegeu o presidente dos Estados Unidos, disse: “a economia, idiota”. Aqui também. Em 1994, a economia elegeu FH, sendo que o fato mais notório era a inflação que foi combatida; agora o parâmetro é o aperto financeiro e o desemprego.



■ Cristiana Lôbo é jornalista

O cenário não é nada favorável. Mas governos gostam de transformar pequenos ganhos em vitórias